



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Requerimento Nº , de 2019.
(Da Sra. Alice Portugal)

"Requer a realização de Audiência Pública para discutir o financiamento da Educação Básica e a manutenção do FUNDEB".

Senhor Presidente,

A Educação Básica enfrenta graves problemas no governo que se inicia. A crise no Ministério da Educação (MEC) não é apenas mera troca de cadeiras em Brasília: a morosidade nas ações e a instabilidade em altos cargos atrasa a implementação de importantes políticas que podem repercutir, no futuro, em salas de aula de todo o país.

Secretários de Educação de Estados e municípios reclamam que o MEC não dá sinais sobre a continuidade de importantes programas federais. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) agora tem uma comissão que pode mudar o conteúdo de livros para sexto e sétimo ano, o que pode atrasar a entrega das obras no ano que vem.

Não há articulação do ministério junto ao Congresso em relação ao fundo que basicamente sustenta a educação pública e que expira neste ano, o Fundeb. Conforme os gestores, o governo federal também não dá suporte à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à implementação da jornada em tempo integral, por meio dos programas Mais Educação e Escola Tempo Integral.

Isso sem contar instabilidades de cronogramas. É o caso do



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Enem, cujas questões agora precisam passar pelo aval de uma comissão fiscalizadora totalmente ideologizada, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que chegou a ser suspenso e, depois, foi mantido pelo MEC.

Para além da inércia de ações, criticada por gestores públicos e entidades da educação desde o início da gestão do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, as sucessivas demissões impedem a continuidade de ações na Educação Básica. Os cargos mais nevrálgicos que passaram por demissão incluem o de secretário-executivo do MEC, número dois na pasta (houve nomeação na sexta-feira do militar Ricardo Machado Vieira), e da Secretaria de Educação Básica, a técnica Tânia Leme de Almeida (cargo assumido por Alexandro Ferreira de Souza, ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez).

A irresponsabilidade do MEC para com o FUNDEB é um crime contra a educação básica de nosso país. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional 53/2006, – durante a gestão Lula – é um dos marcos legais tidos como fundamentais para a política de fortalecimento da educação básica, valorização do magistério público e expansão dos investimentos em educação no Brasil.

O Fundeb encontra-se nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e com vigência inicial até o ano de 2020. Sua implementação - com vigência de 10 anos- trouxe algumas inovações como, por exemplo, dividir a aplicação dos seus recursos em 60% (no mínimo) para capacitação e remuneração dos professores e profissionais da educação e 40% para a manutenção do Ensino.

Os riscos advindos da paralisia do MEC e da falta de ações em áreas vitais da educação exigem que o Poder Legislativo se debruce sobre o assunto e busque medidas para garantir o financiamento adequado da



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

educação básica e a manutenção do FUNDEB.

Por estas razões, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação destinada a debater o financiamento da educação e a manutenção do FUNDEB.

Requeiro ainda que sejam convidados para esta audiência as seguintes autoridades:

- 1-Sr. Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro da Educação;
- 2-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, presidente;
- 3-Sra. Marioneide Angélica Kliemaschewsk, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação;
- 4-Sr. Paulo Roberto Costa e Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação.

Sala da Comissão, em de abril de 2019.

Alice Portugal
Deputada Federal